

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: O Liberal

Class.: 29

Data: 20.07.89

Pg.: \_\_\_\_\_

**Invasores desmatam área dos Krikati, no Maranhão**

O superintendente regional da Funai, Dinarte Nobre de Madeiro, disse ontem que deverá aumentar o clima de tensão na área indígena Krikati, situada em Montes Altos, a cerca de 90 quilômetros de Imperatriz (MA), se a Prefeitura daquele município continuar a promover melhorias na infraestrutura da localidade denominada Quiosque, que se encontra dentro da reserva habitada por aproximadamente 400 índios do grupo Krikati. Segundo ele, novos invasores estão ocupando a reserva, que também voltou a ter grande quantidade de madeira retirada. “É preciso a ação urgente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e da própria Funai, para que a devastação seja contida”, disse Dinarte.

Alvo de um processo de invasão que se acentuou sobretudo nas duas últimas décadas, a área indígena Krikati, segundo afirmou o superintendente regional da Funai, abriga atualmente pelo menos seis mil invasores, que se distribuem por 250 posses já comprovadas através de perícia mandada fazer por um juiz federal do Maranhão. Já concluído o levantamento de 70% da área, confirma-se que a reserva dos Krikati tem hoje uma das maiores invasões de que se tem conhecimento em áreas indígenas de todo o país, segundo acredita Dinarte Nobre de Madeiro.

Ele ressalta que sua preocupação maior, no momento, é com o que vem se passando na localidade de Quiosque: “Esse lugarejo, situado dentro dos limites da área indígena, é habitado, logicamente, por invasores. Mesmo assim, o prefeito de Montes Altos, Nelson Castilho, vem realizando algumas obras que, de uma forma ou de outra, contribuem para assegurar a permanência dos posseiros do local. Com isso, cada vez torna-se mais difícil encontrar uma solução para o problema, seja pela via judicial, seja através de um acordo entre as partes — invasores, índios e Funai”, diz o superintendente.

Dinarte Madeiro acha que o prefeito de Montes Altos pode inclusive estar agindo com a melhor das intenções, ao atender à comunidade de Quiosque, mas chama atenção para as consequências decorrentes de qualquer ação de Governo que induza o posseiro a permanecer ocupando ilegalmente uma área indígena cuja demarcação está sub judice.

“É evidente que, se numa área invadida, a municipalidade proporciona algum tipo de benefício à comunidade invasora, é de se esperar não só que os ocupantes da reserva indígena vão sentir-se mais donos do pedaço de terra que invadiram como outras famílias poderão sentir-se estimuladas a entrar na área, para dispor desses mesmos benefícios que os outros já desfrutam”, afirma Dinarte. Ele acredita que o prefeito de Montes Altos está agindo apenas com a intenção de ajudar uma comunidade carente, como é a de Quiosque, “mas acho que o espírito público do sr. Nelson Castilho haverá de alertá-lo para o fato de que, numa área de permanente tensão, como é a Krikati, é preciso muita cautela para não acirrar os ânimos”, pondera o superintendente da Funai.

**Processo volumoso**

O levantamento realizado por determinação judicial, na área indígena Krikati, constitui apenas mais uma fase de um processo que já está sendo considerado um dos mais volumosos e complicados que tramitam na Justiça Federal do Maranhão, referente a questões de terra.

O superintendente regional da Funai afirma que antropólogos e indigenistas do órgão, baseados em documentos históricos e relatórios deixados por colonizadores que andaram pelo sul do Maranhão a partir do início do século passado, comprovam que os índios Krikati habitam desde 1818 a mesma área em que se encontram hoje.

Mas o acelerado processo de ocupação da região, sobretudo nos últimos anos, fez com que a reserva fosse cada vez mais invadida por não-índios. Dinarte Madeiro relembra que a situação complicou-se a partir de 1980, quando a Funai deu início aos trabalhos de demarcação administrativa da área, que compreenderia a extensão de 136.600 hectares. Logo depois, em 1981, Leon Delix Milhomem e outras pessoas com interesses na área entraram com uma ação judicial contra a Funai, contestando os limites estabelecidos para a demarcação da reserva dos Krikati. Os trabalhos demarcatórios, então, foram suspensos por força de liminar concedida por um juiz federal. Hoje, o processo já conta com cerca de doze volumes e está entrando no seu décimo ano de tramitação na Justiça, sem qualquer solução à vista.